

MARCAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CIDADANIA.

SULENA CERBARO¹; NADINE MELLO PEREIRA²; TAIRANE RIBEIRO DA SILVA³; ANA INEZ KLEIN⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas – sulena-cerbaro@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – nadine_mello@hotmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – tairanee@yahoo.com.br*

⁴*Universidade Federal de Pelotas – anaiklein@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Mesmo passados mais de 50 anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar¹ no Brasil e apesar das inúmeras iniciativas para recuperar a memória desse período, em geral o país ainda desconhece muito dessa etapa recente da nossa história. A maioria da população pouco sabe sobre esse período que foi tão intenso e deixou tantas marcas na sociedade brasileira, e essa situação se agrava quando observamos a precariedade com que o assunto é tratado na educação básica. Levando em consideração essa realidade, o grupo de estudos sobre Educação Patrimonial e História Local da área de História do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal de Pelotas elaborou um projeto voltado para esta temática.

O projeto é uma ação voltada para a educação através do patrimônio e consiste em um roteiro de visitação intitulado “Entre Silêncios e Memórias: as marcas da ditadura civil-militar em Pelotas” onde alunas e alunos e demais interessados, visitarão espaços da cidade que estão relacionados à memória da ditadura.

Essa visitação tem como objetivo geral dar visibilidade às ações de resistência e repressão que ocorreram na cidade, trazendo à tona uma parte da história de Pelotas que é praticamente inexplorada e encontra-se silenciada, além de promover uma ressignificação de determinados patrimônios da cidade, estabelecendo um sentimento de pertencimento em relação a esses locais, visto que eles, geralmente, encontram-se ligados a uma história tradicional da cidade. O projeto oferece, então, a possibilidade de trazer outros lugares de identidade, mostrando uma Pelotas militante, das minorias, onde os protagonistas da história não são os tradicionais charqueadores, casarões e doces presentes na história “oficial” da cidade. O trabalho evidencia que a memória e seus suportes, como o patrimônio e, até mesmo, a história, não são unívocos, pelo contrário, são polissêmicos e polifônicos.

Conforme discorre Ecléa Bosi:

“Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial; em vez da envolvente trama tecida a nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (1992: 145).

¹Chamamos Ditadura Civil-Militar por entender a participação ativa de setores da sociedade civil na articulação do golpe e durante todo o período da ditadura.

Para elaborar este projeto procuramos trabalhar as marcas da ditadura através do dialogo estabelecido entre as memórias, os silêncios e suas ressonâncias em bens patrimoniais da cidade, pois assim:

O patrimônio perde sua função meramente contemplativa, ele estabelece uma relação dialógica com os indivíduos e com a sociedade, suscita questões, interroga, problematiza e é a todo tempo interrogado, problematizado, ou mesmo em silêncio, imóvel, produz significados e re-significados (FERRAZ, 2008:7).

E é a Educação Patrimonial quem nos dá o suporte necessário para trabalhar a questão do patrimônio, sendo ela entendida como:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO: 1999, p. 06).

As ações voltadas para a Educação Patrimonial, como o roteiro de visitação apresentado neste resumo, nos permitem uma apropriação do passado, através de suas representações simbólicas para suscitar e discutir questões do presente.

2. METODOLOGIA

Para elaborar o roteiro de visitação foram utilizados os seguintes recursos: levantamento de bibliografias que tratam do período da ditadura civil-militar em Pelotas; consultas às edições do jornal Diário Popular, referentes às décadas de 1960, 1970 e 1980, que se encontram no acervo da Biblioteca Pública Pelotense; e história oral, através da entrevista com militantes que atuaram na época.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversos locais foram levantados durante a pesquisa, entretanto, são cinco os escolhidos para integrarem o roteiro de visitação: a Prefeitura Municipal, que na época era sede da Câmara de Vereadores, a Casa do Trabalhador, a Faculdade de Direito da UFPel, o Casarão 8 e o Instituto de Estudos Políticos Mário Alves.

Os locais foram escolhidos pelo seu significado, relevância ao tema e pela proximidade entre eles, o que irá facilitar a locomoção durante a visitação.

4. CONCLUSÕES

“A preservação da memória política da ditadura militar também deve ter uma função pedagógica, no sentido de ser pensada como uma lição para as próximas gerações, para que nunca mais venham a acontecer as atrocidades do

passado” (FERRAZ: 2007, p. 55). Acreditamos que através desse projeto de Educação Patrimonial conseguiremos suscitar a memória política da ditadura civil-militar na cidade de Pelotas, com o objetivo de que esta memória não caia no esquecimento pelas gerações futuras, visto que manter viva a memória da ditadura civil-militar na cidade de Pelotas, através do reconhecimento desses locais, pode ser um importante instrumento de educação, construção de identidades e cidadania, e “corrobora para uma discussão de democracia, em seu sentido pleno, já que traz em si uma questão fundante para o indivíduo e para a sociedade como um todo: o direito à memória” (FERRAZ, 2008:12).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. Memória da Cidade: lembranças paulistanas. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. (Org.). **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 145-149.

DELLA VECHIA, Renato; SILVEIRA, Marília Brandão. O Golpe Civil-Militar em Pelotas e suas Consequências a partir de 1964. In: RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas Volume 3**. Pelotas: Pró-Cultura-RS/Editora João Eduardo Keiber Me, 2014, p.139-153.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. A Memória da Ditadura Brasileira enquanto Patrimônio Cultural. In: **26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, Porto Seguro, 2008.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. Ditadura Militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio. In: **XIII Encontro de História Anpuh-Rio**, Rio de Janeiro, 2008.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. As Memórias Políticas da Ditadura Militar no Brasil: as disputas entre o passado e o presente. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (Orgs.) **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamound, MinC/IPHAN/DEMU, 2007, p.48-67.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.